

Embora mitigada a redução de horários na RAM

Estaremos pior no próximo ano lectivo

A Área de Projecto é eliminada no 12º ano, no 2º e 3º ciclos é reduzido um professor nessa área curricular, o horário nocturno passa a ser a partir das 22h00 e haverá um cumprimento rigoroso da fórmula de cálculo do crédito global de horas das escolas (limite de 15% actualmente definido), que tem sido, até aqui, sempre ultrapassado pelas escolas. Estas medidas, embora mitigadas face ao que se passa no Continente, implicará uma redução de horários para o ano lectivo de 2011/2012 na Madeira.



Face às incertezas actuais, os professores só se tranquilizam quando estiver tudo preto no branco quanto ao princípio de manutenção dos docentes na RAM

SPM contra reduções

A redução de docentes e a consequência na qualidade da Educação merece a clara discordância do Sindicato dos Professores da Madeira (SPM), embora seja evidente que essa redução de horários, no espaço insular, não será tão drástica comparativamente ao Continente.

A Região Autónoma da Madeira opta por esbater parte significativa das consequências das alterações curriculares e restantes medidas de austeridade legisladas ao nível nacional, para a Educação, na adaptação que fará a este arquipélago, ao seguir o princípio da «manutenção do número de docentes». Incluindo a renovação dos contratos de acordo com a «necessidade das escolas».

Isto conforme assumido pela tutela, em reunião com o SPM, com a presença dos vários directores regionais, e publicamente, em 15 de Fevereiro último, pelo «benefício para o

sistema educativo». Isto é, para ter uma «melhor escola, melhores resultados e professores mais motivados», argumentou o secretário Regional.

Concretização das intenções

Marília Azevedo fez questão de sublinhar que o sindicato que lidera «vai esperar que estejam escritas e publicadas» essas opções e intenções expressas pela Secretaria Regional de Educação e Cultura.

A retoma do processo negocial da nova proposta de Estatuto da Carreira Docente regional, do regime de avaliação do desempenho e, uma vez mais, a denúncia para a situação dos docentes com o tempo de serviço necessário para aceder ao 6º escalão foram temas importantes e urgentes colocados pelo SPM na reunião (detalhes na página 2).

Área de Projecto

► O objectivo da Área de Projecto no ensino básico, que consiste na «concepção, realização e avaliação de projectos, através da articulação de saberes de diversas áreas curriculares», está comprometido com a coordenação sob a responsabilidade de um único docente, que será sobrecarregado com os projectos a desenvolver. São critérios meramente economicistas que prejudicam o trabalho pedagógico e a qualidade educativa. Tal como acontece com a eliminação da Área de Projecto no 12.º ano, desprezando a integração de saberes, a orientação profissional e a aproximação ao mundo do trabalho.

SPM quer participar

► O SPM solicitou à tutela educativa ser ouvido e participar no referido processo de adaptação regional da nova legislação nacional no que toca às alterações curriculares e outros cortes na Educação. Isto porque o sindicato entende que as questões curriculares e pedagógicas têm impacto sobre o trabalho e os horários dos professores.

Concursos anuais em 2011

► A Secretaria Regional da Educação e Cultura comunicou ainda, na reunião de 15 de Fevereiro com o SPM, que serão realizados os concursos anuais para a contratação e a afectação à Zona Pedagógica (dentro da Zona Pedagógica em que se encontra presentemente o docente).

10º Congresso do Sindicato dos Professores da Madeira
► 6 e 7 de Maio 2011

► Eleição dos Delegados ao Congresso entre 11 de Março e 8 de Abril

Olho nas propostas regionais

Reatar da negociação do novo ECD e modelo de avaliação do desempenho*

Na reunião com a tutela educativa regional, em 15 de Fevereiro último, um dos assuntos prementes que o Sindicato dos Professores da Madeira (SPM) colocou à Secretaria Regional de Educação e Cultura foi a urgência em reatar a negociação da proposta de Estatuto da Carreira Docente (ECD) e, posteriormente, do regime de avaliação do desempenho docente. Francisco Fernandes declarou então à imprensa que a negociação seria retomada, provavelmente, no «espaço de um mês.»

O SPM entende que estas matérias relativas à carreira e à avaliação dos professores e educadores devem ser definidas quanto antes, na medida em que constituem mais um factor de indefinição e instabilidade para a classe docente. Os professores querem saber com que contar. Recorde-se que a negociação com os sindicatos foi iniciada em Setembro de 2010, tendo tido lugar apenas uma reunião negocial.



Docentes na Madeira devem manter-se atentos e críticos face às opções do Governo Regional em termos de ECD e avaliação do desempenho

ECD é retrocesso

Vagas no acesso aos 5º e 7º escalões, aulas assistidas obrigatórias para transição aos 3º e 5º escalões e redução de bonificações pela aquisição de novas habilitações ou pela atribuição de “Muito Bom” e “Excelente”. São alguns dos retrocessos na proposta de ECD regional.

Além de desvalorizar a função docente, agravará as condições de exercício da profissão, contribuindo para a degradação das condições de funcionamento das escolas e, conseqüentemente, para uma quebra da qualidade do ensino.

Poucas ou nenhuma diferenças ficam relativamente ao ECD nacional.

Não à avaliação burocrática

Burocracia, profusão de procedimentos (portefólio, fichas, observações, entrevistas, reuniões, etc.), monopolização dos recursos humanos da escola pelas tarefas da avaliação do desempenho

docente, entre outros aspectos, deixam os docentes apreensivos quanto à proposta de modelo de avaliação do desempenho docente regional.

Se tivermos ainda a consciência que o objectivo (não confessado) é cortar nos salários e obstaculizar a progressão na carreira, mesmo daqueles que provam o seu mérito, menos razões têm os docentes para qualquer optimismo.

Por alguma razão os professores e os directores das escolas pedem a suspensão do actual regime de avaliação no Continente (e uma revisão nos Açores), por ser burocrático, gerar conflitualidade e não ser formativo. Será que a Região não deveria corrigir esses mesmos defeitos contidos na sua proposta, isto é, aprender com os erros dos outros, antes de tornar mais impossível a vida nas escolas?

* Mais detalhes na PROFnewsletter nº 6 de 16.09.2010 e no jornal PROF nº 86 (Set, Out, Dez 2010), disponíveis em formato digital em www.spm-ram.org.

SPM insiste no acesso dos docentes ao 6º escalão

► Esta é outra grande preocupação do sindicato: a situação dos docentes que, apesar de já terem completado o tempo necessário para aceder ao 6º escalão, continuam com a progressão “congelada”, em território madeirense, há seis anos.

Este congelamento injusto deve-se à prova pública que o ECD em vigor prevê e que nunca foi regulamentada. Portanto, uma situação a que os docentes e seus representantes são alheios. E precisa de ser desbloqueada.

Aliás, o SPM tentou que esse impasse fosse resolvido quando da publicação da mais recente alteração ao ECD regional, através do Decreto-Lei 17/2010/M de 18 de Agosto, mas assim não entendeu o Governo Regional. Não baixaremos os braços até ser encontrada uma solução.

Falta de uma estratégia para a Educação

► A navegação à vista tem caracterizado a actuação governamental na Região no que toca ao sector da Educação. Temos optado por estar reféns das opções nacionais, gerando-se depois complicações, que resultam, por exemplo, em soluções de recurso como a avaliação extraordinária dos docentes, para resolver a falta de opções próprias em determinados momentos.